

NOVA DIREITA NAS RUAS?

UMA ANÁLISE DO DESCOMPASSO ENTRE
MANIFESTANTES E OS CONVOCANTES DOS
PROTESTOS ANTIGOVERNO DE 2015

Pablo Ortellado¹, Esther Solano²

Introdução

Aconteceram grandes manifestações que expressavam descontentamento com o governo federal e exigiam o afastamento, o impedimento ou a renúncia da presidenta Dilma Rousseff em diversas cidades do país nos dias 15 de março, 12 de abril e 16 de agosto de 2015. Nas manifestações de abril e agosto, aplicamos questionários junto aos manifestantes que protestavam na cidade de São Paulo, buscando verificar algumas hipóteses desenhadas a partir da observação do processo de mobilização dos grupos liberais e conservadores que convocavam os protestos³.

A principal hipótese que norteava o primeiro questionário era que a descrença no governo federal não estava restrita a ele, mas se estendia a todo o sistema político, entendido num sentido amplo que incluía os políticos e os partidos políticos, as Organizações Não Governamentais (ONGs) e os movimentos sociais, e a imprensa política e seus comentaristas. Nossa hipótese tinha surgido do acompanhamento do processo de mobilização e da grande desconfiança que tanto as pessoas mobilizadas como os grupos convocantes tinham da grande imprensa e dos partidos políticos, inclusive os da oposição, como o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Pesquisas prévias já captavam esse alto índice de desconfiança institucional. Cabe destacar os resultados da pesquisa Índice de Percepção do Cumprimento das Leis da Fundação Getúlio Vargas para 2015, onde só 5% da população afirmava confiar em partidos políticos, 15% no Congresso Nacional, e 33% nas emissoras de TV⁴.

À primeira vista, os protestos pareciam fundamentalmente antipetistas. Parecia que o descontentamento dos manifestantes estava restrito ao governo federal e seu partido, já que as faixas e cartazes nas ruas poupavam as demais forças políticas. Mas teria a insatisfação como foco o Partido dos Trabalhadores (PT) devido a uma seletividade partidária ou o PT seria apenas considerado uma expressão máxima e mais clara de um problema que os manifestantes acreditavam estar espalhado por todo o sistema político?

Após verificarmos nossa hipótese de que a descrença se espalhava por todo o sistema, desenvolvemos outro conjunto de hipóteses que advinham da similaridade entre a desconfiança nas instituições representativas que constatamos nos manifestantes de 2015 e a desconfiança que havia aparecido no ciclo de protestos de junho de 2013. As pesquisas de opinião realizadas na semana de 17 de junho de 2013⁵ haviam indicado um conteúdo reivindicatório que poderia ser resumido na rejeição das instituições de representação (executivo, legislativo e os partidos políticos), e na demanda pela consolidação e expansão de direitos sociais (principalmente transporte, saúde e educação).

Como havia semelhança entre a primeira parte das reivindicações de junho de 2013 e as opiniões constatadas em abril de 2015, nos perguntamos se, a despeito da profunda diferença da composição social (em 2015, os manifestantes eram mais velhos, mais ricos e mais escolarizados) e da orientação política dos grupos convocantes (em 2013, na esquerda do espectro político; em 2015, na direita), se não poderia haver uma inquietação e insatisfação comum que ligava subterraneamente um fenômeno ao outro.

Num momento em que o país vive uma polarização aguda, nossa pesquisa fornece evidências que desconstruem essa dialética da política inimiga, sugerindo que devemos ir além da simplificação e caricaturização dos

processos sociais. O debate político atual tem se dado em termos muitos superficiais, estruturado em torno da dicotomia petismo/ antipetismo como se o espectro ideológico pudesse se reduzir a este binarismo e como se esses conceitos fossem unívocos e monolíticos. Qualquer manifestação política que surja fora dessa dinâmica é rapidamente recuperada ou atribuída a um dos polos, esvaziando o debate político de matizes e posições independentes.

Confiança no sistema político

A crise de confiança nas instituições representativas é um velho tema da ciência social, desde os anos 1970⁶. De certa maneira, o fato relevante da recente “descoberta” da crise brasileira não é tanto seu conteúdo, mas que tenha sido percebida como uma novidade. Talvez por isso, não tenha parecido evidente para muitos analistas relacionar a oposição ao governo federal expressa nos protestos de 2015 com a profunda crise de confiança nas instituições representativas.

O PT e suas principais lideranças, a presidenta Dilma e o ex-presidente Lula, eram os principais alvos dos manifestantes das mobilizações aqui analisadas. Mas, o que pensariam os manifestantes do protesto do dia 12 de abril com relação aos principais representantes do PSDB e do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)? Segundo os dados do Datafolha – relativos à primeira manifestação, de 15 de março⁷ – a maioria dos manifestantes se declaravam votantes do PSDB⁸. Mas, levando-se em consideração a crise de confiança nas instituições representativas, será que confiavam nos candidatos nos quais votaram ou o voto tinha, para eles, apenas uma orientação pragmática antipetista, uma vez que o partido era visto como a expressão mais aguda dos problemas do sistema?

Podemos ver na Tabela 1 que 73% dos manifestantes no dia 12 de abril não confiavam nos partidos políticos de uma maneira geral. No tocante a siglas específicas, não só o PT merecia a desconfiança dos manifestantes, mas também o principal partido da base aliada (PMDB) e mesmo os partidos políticos menores e mais novos como a Rede Sustentabilidade⁹, e o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Surpreendentemente, apesar dos eleitores do PSDB serem a grande maioria dos manifestantes, apenas 11% confiavam muito no partido.

Quando indagados sobre políticos individuais, vemos na Tabela 2 que, novamente os políticos petistas têm confiabilidade baixíssima entre os manifestantes, como era de se esperar. No entanto, mais uma vez, a desconfiança não fica restrita a este campo: o baixo índice de confiança recai também nos principais líderes da oposição. Apenas 14% dos manifestantes declararam

Tabela 1
Confiança nos partidos políticos (%)¹⁰

	Partidos	PT	PSDB	PMDB	Rede	PSOL
Confia muito	01,10	00,20	11,00	01,40	02,60	01,90
Confia pouco	25,20	03,70	41,20	16,30	14,00	16,10
Não confia	73,20	96,00	47,60	81,80	61,10	77,10
Não conhece	00,00	00,00	00,00	00,40	21,50	04,70
Não respondeu	00,50	00,20	00,20	00,20	00,70	00,20

Tabela 2
Confiança nos políticos (%)¹¹

Políticos	Aécio Neves	Dilma Rousseff	Eduardo Cunha	Fernando Haddad	Geraldo Alckmin	Marina Silva
Confia muito	00,40	22,60	00,40	03,20	02,10	29,00
Confia pouco	28,90	48,30	02,50	17,00	08,40	41,50
Não confia	69,90	28,40	96,70	73,40	87,60	28,00
Não conhece	00,00	00,40	00,20	06,10	01,40	00,90
Não respondeu	00,90	00,40	00,40	00,40	00,50	00,70
		Pastor Feliciano	Jean Willys	José Serra	Luciana Genro	Lula
Confia muito		03,90	03,90	23,80	04,00	01,40
Confia pouco		13,10	09,80	42,70	12,30	02,50
Não confia		75,10	70,20	32,70	74,30	95,30
Não conhece		07,20	15,60	00,20	08,90	00,40
Não respondeu		00,70	00,50	00,50	00,50	00,50

confiar muito em Marina Silva, que substituiu o candidato Eduardo Campos, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), falecido no curso das eleições para Presidência em 2014; 22% em Aécio Neves, candidato a presidente pelo PSDB no mesmo pleito; e 29 declararam confiar muito no então governador reeleito do estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, do PSDB.

Além de investigar a confiança no sistema partidário, foi objeto de análise a confiança em ONGs e movimentos sociais. Uma longa tradição nas ciências sociais relaciona a crise do sistema representativo com a ascensão dos chamados “novos movimentos sociais” a partir dos anos 1970, cuja democracia direta no processo de mobilização se contraporía aos limites da democracia representativa¹². No contexto destas manifestações, foi investigada a confiança nos grupos e movimentos à direita do espectro político, que haviam convocado a manifestação, e também nos movimentos mais tradicionais, normalmente à esquerda do espectro e muitos deles associados ao PT.

Aparentemente, também com os movimentos sociais a confiança estava relacionada com uma posição *antiestablishment*. Como uma senhora declarou

durante uma entrevista, “confio no Vem para a Rua, porque eles ainda não foram corrompidos pela política, estão de fora”. Isso talvez explique por quê os grupos convocantes, como era de se esperar, tenham a confiança dos manifestantes, enquanto que movimentos mais próximos ou identificados ao PT, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ou o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), não tenham. Assim, por exemplo, 70% dos manifestantes declararam confiar muito no Vem para a Rua, enquanto apenas 11% responderam confiar muito no PSDB. Surpreende a confiança no Movimento Passe Livre (53% confia muito ou pouco), índice mais alto que o atribuído a um dos grupos convocantes, o Revoltados OnLine, e também 1% mais alto que a confiança depositada no PSDB. Esse alto índice de confiança no MPL possivelmente se deve ao entendimento de que o movimento é verdadeiramente desvinculado dos partidos políticos, ao contrário do MST e do MTST.

Tabela 3
Confiança em ONGs e movimentos sociais (%)¹³

	ONGs	Movs. sociais	Vem pra Rua	Brasil Livre	MPL	MST	Revoltados Online	MTST
Confia muito	20,00	30,50	70,80	52,70	25,20	03,90	19,30	04,20
Confia pouco	46,20	48,00	20,80	21,90	28,20	09,10	26,30	11,40
Não confia	29,80	20,30	06,00	09,30	37,80	84,40	30,60	79,20
Não conhece	03,30	01,10	02,30	15,90	08,60	02,50	23,60	05,10
Não respondeu	00,70	00,20	00,20	00,20	00,20	00,20	00,20	00,20

Por fim, foi analisada a confiança na imprensa. Em nosso acompanhamento do processo de mobilização, em eventos e nas redes sociais, tanto os grupos convocantes como as pessoas mobilizadas demonstravam desprezo pela Folha de S.Paulo e pela rede Globo. Essa postura muito disseminada de desconfiança nos meios de comunicação de massa orientou a formulação da hipótese de que a imprensa também compunha o sistema político, num sentido ampliado, já que ela é responsável por prover as informações necessárias para o debate e a tomada de decisão políticas.

Mais uma vez, foi constatada uma ampla desconfiança. Entre os veículos apresentados, apenas a revista Veja, de extrema direita, teve muita confiança dos manifestantes, com 51%. A Folha de S.Paulo e o Jornal Nacional tiveram grande índice de desconfiança, com 29 e 37%, respectivamente. Investigamos também a confiança depositada pelos manifestantes em comentaristas políticos. Aqui prevaleceu o grande desconhecimento dos comentaristas da imprensa escrita – o que sugere que a televisão ainda é o meio de comunicação predominante na formação da opinião política.

Entre os comentaristas, apenas Raquel Sheherazade e Reinaldo Azevedo, alinhados à extrema direita, receberam altos índices de muita confiança, 49% e 39% respectivamente. Em seguida, destaca-se Paulo Henrique Amorim, comentarista posicionado à esquerda no espectro político, com mais confiança que William Bonner, apresentador do influente Jornal Nacional, da rede Globo. Assim como Sherazade e Reinaldo Azevedo, as intervenções de Amorim são marcadas por uma postura crítica e enfática. Mais uma vez, a postura *antiestablishment* parece explicar melhor as opiniões dos manifestantes que o posicionamento à direita ou à esquerda no espectro político.

Tabela 4
Confiança na imprensa (%)¹⁴

	Imprensa	Folha de S. Paulo	Estado de S. Paulo	Veja	Carta Capital	Jornal Nacional	Jornal Record	Globo News	El País	BBC
Confia muito	21,00	26,00	40,20	51,80	16,80	16,30	14,90	34,50	09,50	31,70
Confia pouco	57,80	42,30	41,90	31,90	19,50	45,70	42,00	38,90	17,20	23,60
Não confia	20,80	29,80	14,70	14,70	32,60	37,10	31,30	22,60	14,70	09,10
Não conhece	00,20	01,90	03,20	01,60	30,70	00,50	11,40	03,90	58,50	35,20
Não respondeu	00,20	00,00	00,00	00,00	00,40	00,40	00,40	00,20	00,20	00,40

Tabela 5
Confiança em comentaristas políticos (%)¹⁵

	Demétrio Magnoli	Guilherme Boulos	Gregório Duvivier	Jânio de Freitas	José Luiz Datena	Luis Nassif
Confia muito	9.50	2.50	4.00	7.20	18.20	12.10
Confia pouco	11.70	10.90	14.90	17.50	33.10	23.10
Não confia	6.70	18.90	17.50	11.70	43.80	25.40
Não conhece	71.10	66.80	62.50	62.70	4.00	38.50
Não respondeu	1.10	0.90	1.10	0.90	0.90	0.90
	Olavo de Carvalho	Paulo H. Amorim	Raquel Sheherazade	Reinaldo Azevedo	William Bonner	Vladimir Safatle
Confia muito	17.20	28.00	49.40	39.60	25.20	4.20
Confia pouco	17.90	38.50	21.70	19.80	45.00	17.30
Não confia	10.70	25.00	11.40	9.80	27.70	16.50
Não conhece	53.60	7.50	16.60	29.80	1.20	61.10
Não respondeu	0.70	0.90	0.90	1.10	0.90	0.90

Seletividade política

Diante da indignação seletiva das lideranças dos protestos, que poupavam partidos e políticos acusados de corrupção, a pesquisa na manifestação do dia 16 de agosto investigou se havia respaldo para esta postura na percepção dos manifestantes, ou se, mais uma vez, constataríamos uma indignação

generalizada que tinha o PT e seus políticos apenas como uma expressão mais aguda. Além disso, também investigamos se as demandas sociais que surgiram no ciclo de protestos de junho de 2013 – que pediam a ampliação e melhoria dos serviços públicos de saúde, educação e transporte – encontravam eco na opinião dos manifestantes deste ano, a despeito da orientação liberal dos grupos convocantes.

A indignação contra a corrupção é um dos motivos mais evidentes para a mobilização. Nas manifestações sempre estavam presentes cartazes sobre a operação Lava-Jato, por exemplo. O PT, e principalmente o ex-presidente Lula, apareciam como símbolos da corrupção política. Os líderes dos protestos deixaram claro que estavam sendo seletivos ao não mencionar os escândalos de corrupção envolvendo outros partidos¹⁶, mas será que essa seletividade se estendia aos manifestantes? Foi medida a percepção da gravidade de escândalos de corrupção, que envolviam políticos da situação e da oposição para ver se haveria grande variação entre eles. Evidenciou-se elevado índice de percepção de gravidade nos escândalos que envolviam a oposição, como o do Metrô/CPTM, com 87%, e o Mensalão tucano, com 80%. O índice dos dois casos estava um pouco abaixo daqueles dos escândalos envolvendo políticos do PT, como o Lava Jato e o Mensalão do PT, aos quais 99% dos manifestantes atribuíram gravidade.

Tabela 6
Gravidade de escândalos de corrupção (%)

	Lava Jato	Zelotes	Metrô/CPTM	Mensalão PT	Mensalão tucano
Grave	99,00	58,80	87,40	99,30	80,20
Não grave	00,50	03,00	04,90	00,20	06,70
Não sei	00,20	38,00	07,40	00,20	12,60
Não respondeu	00,20	00,20	00,20	00,20	00,50

Investigamos em seguida a percepção dos manifestantes quanto ao envolvimento de políticos dos dois campos com corrupção. Neste caso, as variações foram bem maiores e algo surpreendentes. Cerca 60% dos manifestantes não percebiam ou não sabiam do envolvimento de Aécio Neves e Geraldo Alckmin com corrupção, mas 77% acreditavam que o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, tinha envolvimento, embora não houvesse nenhuma suspeita que ligasse ele a qualquer escândalo de corrupção na imprensa. Acreditamos que a desconfiança deve-se à vinculação do prefeito ao PT.

Investigamos também a insatisfação com o atual sistema político, declarada por 96% dos manifestantes, e que tipo de saída para a crise estes apontam. Em particular, queríamos investigar se prevaleciam alternativas an-

Tabela 7
Percepção do envolvimento de políticos com corrupção (%)

	Dilma Rousseff	Geraldo Alckmin	Fernando Haddad	Aécio Neves	Eduardo Cunha	Renan Calheiros
Sim	89,60	41,70	77,00	37,80	70,90	93,80
Não	04,70	36,30	09,60	35,80	08,10	00,70
Não sei	05,40	21,70	13,10	26,20	20,70	05,20
Não respondeu	00,20	00,20	00,20	00,20	00,20	00,20

tipológicas, como entregar o poder para um juiz honesto, para os militares ou para alguém de fora do sistema político, ou se prevaleciam alternativas que buscavam o aprofundamento da democracia, como aumento de consultas diretas como os plebiscitos ou o fortalecimento de ONGs e movimentos sociais. Os resultados foram ambivalentes. Pouco mais da metade dos manifestantes concordavam total ou parcialmente em entregar o poder para um juiz honesto ou para alguém de fora do jogo político. Por outro lado, 76% concordavam total ou parcialmente em tomar decisões políticas por consultas diretas, e 59% em fortalecer ONGs e movimentos. Felizmente, uma sólida maioria de 71% rejeitava a passagem do poder aos militares.

Tabela 8
Alternativas para a crise política (%)

	Entregar o poder para um político honesto	Entregar o poder para alguém fora do jogo político	Entregar o poder para os militares	Entregar o poder para um juiz honesto	Tomar decisões políticas por consulta popular e plebiscitos	Fortalecer organizações como ONGs e movimentos sociais
Concordo totalmente	64,20	27,70	13,10	43,70	40,50	27,90
Concordo em parte	23,50	28,90	15,10	20,00	36,30	31,40
Não concordo	10,60	38,50	71,10	32,80	21,00	39,80
Não sei	01,70	04,70	00,20	03,00	02,00	00,50
Não respondeu	00,00	00,20	00,50	00,50	00,20	00,50

O resultado mais surpreendente ocorreu quando investigada a hipótese de que, contrário a todas as aparências, a opinião dos manifestantes no tocante a direitos sociais fundamentais poderia ser progressista, como parte do legado de junho de 2013, isto é, que a defesa dos serviços públicos aventada nas manifestações de dois anos atrás poderia também estar presente na opinião dos manifestantes de 2015, a despeito do antipetismo e da orientação liberal e conservadora dos grupos que convocavam os protestos.

Perguntamos aos manifestantes sua concordância com sentenças que defendiam a universalidade e a gratuidade de três serviços públicos: saúde, educação e transporte – os três serviços públicos que haviam aparecido mais

frequentemente nas manifestações de junho de 2013. O grau de concordância foi muito alto. Cerca de 97% dos manifestantes concordava total ou parcialmente tanto com a universalidade, como com a gratuidade dos serviços públicos de saúde e educação, e mesmo a demanda por tarifa zero nos transportes públicos contava com a concordância total ou parcial de 50% dos manifestantes.

Tabela 9
Concordância com universalidade e gratuidade de serviços públicos (%)

	O estado deve prover serviços de saúde para todos os brasileiros	Os serviços de saúde devem ser gratuitos	O estado deve prover educação para todos os brasileiros	A educação pública deve ser gratuita	O estado deve prover transporte coletivo para todos os cidadãos	O transporte público, como o ônibus e o metrô, deve ser gratuito
Concordo totalmente	88,60	74,30	92,30	86,90	72,10	21,00
Concordo em parte	07,90	21,70	05,40	09,60	17,50	29,40
Não concordo	03,20	03,70	02,00	03,20	10,10	48,90
Não sei	00,00	00,00	00,00	00,00	00,00	00,50
Não respondeu	00,20	00,20	00,20	00,20	00,20	00,20

Conclusões

Um dos objetivos da pesquisa realizada com manifestantes que protestavam contra a presidenta Dilma Rousseff em 2015, na Avenida Paulista, foi verificar se era apropriado tomar a posição política dos líderes destes protestos, que vêm da nova direita liberal e do neoconservadorismo, para entender a disposição e o sentido político dos manifestantes. A insatisfação e a descrença destes, como os resultados da pesquisa demonstram, extrapolam o PT, se estendendo a todo o sistema político. A despeito das manobras das lideranças, os manifestantes entendiam que a corrupção – principal queixa nos protestos – não estava restrita ao governo federal, mas estava espalhada nas outras esferas de poder e nos outros partidos, inclusive no PSDB, no qual a maioria dos manifestantes tinha votado.

Por fim, a despeito da agenda de Estado mínimo e privatizações dos grupos que convocavam as manifestações, os manifestantes eram ainda fiéis às demandas de consolidação, ampliação e melhoria dos serviços públicos que tinham emergido em junho de 2013. Ao contrário do estereótipo do manifestante privilegiado e ressentido com o avanço social dos mais pobres, há um notável consenso entre os manifestantes a favor dos direitos sociais fundamentais.

Como essa crença pode então estar combinada com uma liderança ultraliberal, com um sentimento antipetista e uma admiração pelo comentarismo neoconservador? Acreditamos que o paradoxo seja um legado do ciclo de

protestos de junho de 2013 . Na ausência de grupos progressistas desvinculados dos partidos políticos, para além do MPL, que fossem capazes de dar orientação e liderança para a indignação que foi despertada, os grupos liberais e conservadores se aproveitaram da oportunidade para moldar e explorar politicamente a insatisfação.

RESUMO

O presente artigo é resultado de uma pesquisa de campo realizada nas manifestações pelo *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em São Paulo nos dias 12 de abril e 16 de agosto de 2015. Através da aplicação de questionários, buscou-se questionar o senso comum que acompanha estes protestos, e tende a simplificar o fenômeno social que representam. As principais hipóteses comprovadas foram: 1) que o descontentamento e desconfiança dos manifestantes não se restringem ao Partido dos Trabalhadores, mas se estendem ao sistema político como um todo; 2) embora os grupos que convocam as manifestações tenham uma orientação ideológica liberal e privatizante, os manifestantes não compartilham esta visão, defendendo um Estado que forneça educação, saúde e transporte públicos.

PALAVRAS-CHAVE

Manifestações, desconfiança, serviços públicos.

The new rights on the streets? Analysing the gap between protesters and leaders in 2015 antigovernment protests.

ABSTRACT

This paper is the result of a field research during the demonstrations in São Paulo for the impeachment of President Dilma Rousseff in April 12 and August 16, 2015. By applying surveys, we seek to question the common sense around these protests which simplifies the complexity of this social phenomenon. Our main hypotheses are: 1) discontent and distrust of protesters are not restricted to the Workers Party (PT), but extends to the political system as a whole, 2) although the groups that summon the demonstrations have a liberal and privatizing ideology, protesters do not share this opinion, supporting that the State must provide public education, public health and public transportation.

KEYWORDS

Demonstrations; distrust; public services.

NOTAS

1. Professor do curso de Gestão de Políticas Públicas da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP. Contato do autor: paort@usp.br.
2. Professora doutora em Ciências Sociais, vinculada ao departamento de Relações

Internacionais da UNIFESP. Contato da autora: prof.esther.solano@gmail.com.

3. As pesquisas foram realizadas sob a coordenação dos autores e da cientista política Lucia Nader, com apoio da Fundação Ford. Nas manifestações dos dias 12 de abril e 16 de agosto de 2015 aplicamos, respectivamente, 571 e 405 questionários nos manifestantes presentes na avenida Paulista. As abordagens limitaram-se aos manifestantes maiores de 16 anos, foram aleatórias e distribuídas por toda a extensão da avenida, no período das 12 horas às 17 horas e 30 minutos. A margem de erro para a primeira pesquisa foi de até 2,1% e da segunda de até 4,5%. A margem foi calculada sobre a estimativa total de manifestantes do Datafolha (100 mil manifestantes no protesto do dia 12 de abril e 135 mil no do dia 16 de agosto). Os resultados completos da pesquisa estão disponíveis em: <http://www.lage.ib.usp.br/manif/> e <http://www.gpopai.usp.br/pesquisa>.

4. Disponível em <http://direitosp.fgv.br/publicacoes/ipcl-brasil>.

5. Por exemplo, a pesquisa do Datafolha, Protestos sobre o aumento de tarifa dos transportes II, de 18/06/2013 e a pesquisa do Ibope Inteligência de junho de 2013, Pesquisa de opinião pública sobre as manifestações.

6. Para um balanço em português do debate, veja MOISÉS, José Álvaro. Cidadania, confiança e instituições democráticas. *Lua Nova*, n. 65, agosto de 2005, p. 71-94.

7. Pesquisa Datafolha Manifestação na Avenida Paulista, 15/03/2015. Disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2015/03/17/manifestacao-15-03.pdf>>

8. Oitenta e dois por cento se declararam votantes de Aécio Neves, candidato do PSDB, no segundo turno das eleições presidenciais de 2014.

9. Partido em processo de registro junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no momento analisado neste estudo. Obteve registro em setembro de 2015.

10. Os três primeiros partidos (PT, PSDB e PMDB) são os de maior representatividade no Congresso. Incluímos adicionalmente dois partidos que exploram uma identidade antissistêmica: a Rede e o PSOL.

11. O critério para a apresentação dos políticos foi o seguinte: candidatos à presidente na eleição de 2014 (Aécio Neves e Dilma Rousseff), o presidente da Câmara dos Deputados e terceiro na linha de sucessão presidencial (Eduardo Cunha), o prefeito e o governador de São Paulo (Geraldo Alckmin e Fernando Haddad), expoentes do debate sobre liberdades individuais no Congresso, nos dois lados do espectro (pastor Everaldo e Jean Wyllys), líderes dos dois principais partidos políticos (Lula e José Serra) e líderes dos dois partidos com identidade antissistêmica (Luciana Genro e Marina Silva).

12. Por exemplo, OFFE Clauss. *New Social Movements: Challenging the Boundaries of Institutional Politics*. *Social Research*, vol. 52, n. 4, 1985 e, mais recentemente, POLLETTA, Francesca. *Freedom Is an Endless Meeting*. Chicago: Chicago University Press, 2002.

13. Os movimentos sociais inseridos nos questionários foram os convocantes da manifestação (Vem para a Rua, Revoltados Online e MBL); os movimentos sociais mais atuantes direta ou indiretamente associados ao PT (MST, MTST); e o MPL, principal convocante dos protestos de junho de 2013.

14. A apresentação dos veículos buscou equilibrar abrangência nacional, orientação política e diversidade dos meios: jornais impressos, revistas, jornais televisivos e sites de notícias estrangeiros.

15. A seleção dos comentaristas para constar dos questionários buscou equilibrar o meio (televisivo e impresso) e o posicionamento político destes, incluindo matizes que vão da extrema-esquerda à extrema direita.

16. Verificado em entrevistas à imprensa, por exemplo, “Movimento Brasil Livre: ‘Dilma deve cair até o final do ano’”. *El País*, 15 de agosto de 2015. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/14/politica/1439580832_993126.html>

17. Sobre a mudança de pauta nos protestos de 2013 que pode estar na gênese da apropriação liberal e conservadora do “espírito de junho”, veja JUDENSNAIDER, Elena; LIMA, Luciana; ORTELLADO, Pablo. *Vinte centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Veneta, 2013.